



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/19384>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v19i32.19384>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | v. 19 | n. 31 | Jan-Jun, 2025

Submissão: 20/03/2025 | Aprovação: 20/06/2025



MUSEOLOGIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE: ENTRELAÇANDO CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EM UM MUSEU COMUNITÁRIO

*MUSEOLOGY, SOCIAL MOVEMENTS, AND THE THOUGHT OF PAULO FREIRE:
INTERWEAVING CONCEPTS AND PRACTICES IN A COMMUNITY MUSEUM*

Silvilene de Barros Ribeiro Morais  

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil¹

Resumo: Este artigo se propõe a descrever e analisar, a partir de um estudo de caso, as concepções, diretrizes e metodologias que devem direcionar a atuação do museólogo no contexto de museus comunitários, em diálogo com o pensamento de Paulo Freire, entrelaçando-as às experiências vivenciadas no Museu Movimento LGBTI+. Compreende-se a função do museólogo como um trabalhador social, cuja expertise se apresenta a serviço da comunidade, com foco na preservação, documentação e difusão da memória de grupos sociais invisibilizados. São abordados os conceitos de colaboração, humanização, ética e direitos humanos como fundamentais para o desenvolvimento de uma prática coerente com a realidade e com as demandas dos museus comunitários. Pretende-se destacar a importância das proposições do educador Paulo Freire para o campo da museologia contemporânea.

Palavras-chave: Museologia. Museus comunitários. Museólogo. Trabalhador social. Paulo Freire.

Abstract: Presenting a case study, this paper aims to describe and analyze the notions, guidelines and methodologies which should guide museologists working in the context of community museums. The analysis places these practices in dialogue with the works of Paulo Freire, tying them to the lived experiences of the Movimento LGBTI+ Museum. The role played by the museologist is seen as that of a social worker, whose expertise is put at the service of the community, with a focus on preserving, documenting and spreading the memory of invisibilized social groups. The ideas of cooperation, humanization, ethics and human rights are presented as key concepts for the development of a practice that is consistent with reality and with the demands of community museums. Our goal is to highlight the importance of educator Paulo Freire's ideas to the field of contemporary museology.

Keywords: Museology. Community museums. Museologist. Social worker. Paulo Freire.

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio (UNIRIO-MAST). Grupo de Pesquisa em Museologia Experimental – UNIRIO. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Inclusão, pesquisando sobre os seguintes temas: educação e inclusão em espaços formais e não formais, parceria entre museus e escolas, diversidade e interculturalidade e acessibilidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe, por meio de um estudo de caso sobre o Museu Movimento LGBTI+, a analisar as concepções, diretrizes e práticas envolvidas na atuação do museólogo em museus comunitários, em diálogo com o pensamento de Paulo Freire. Nesse contexto, compreende-se a função do museólogo como um trabalhador social, cuja expertise se apresenta a serviço da comunidade, com foco na preservação, documentação e difusão da memória de grupos sociais invisibilizados. Questiona-se neste artigo quais seriam os limites, assim como as possibilidades, de atuação do museólogo no trabalho com a memória comunitária. São abordados os conceitos de colaboração, humanização, ética e direitos humanos como fundamentais para o desenvolvimento de uma atuação coerente com o contexto e as demandas dos museus comunitários.

O trabalho no Centro de Memória e Formação Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do RJ e no Museu Movimento LGBTI+ do RJ (MuMo LGBTI+) foi desenvolvido a partir da parceria estabelecida, por meio de projeto de extensão universitária, entre o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ (GAI) e o Laboratório de Museologia Experimental (LAMEX) relacionado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo sido criado em 2019².

O Grupo Arco-Íris, fundado em 1993, tem se constituído como a entidade de defesa, promoção e garantia dos direitos LGBTI+³ mais antiga em atuação no Rio de Janeiro. No decorrer da sua história, tem desenvolvido projetos de promoção da cidadania e direitos humanos LGBTI+, atuando de forma relevante para a prevenção às IST-HIV/Aids, a proposição e a avaliação de políticas públicas, a formação de ativistas para a elaboração e desenvolvimento de projetos, a elaboração de estratégias de mobilização comunitária e incidência política, e a produção de conhecimentos voltados para a comunidade LGBTI+, abarcando toda a sua diversidade.

O Centro de Memória LGBTI+ tem como objetivo manter um espaço de identificação, sistematização, análise e difusão do acervo físico do Grupo Arco-Íris, tendo como principal instrumento o Museu Movimento LGBTI+, de forma a contribuir para a difusão do legado do Movimento LGBTI+ brasileiro e carioca.

O Museu Movimento LGBTI+ possui acervos de natureza museológica, arquivística e bibliográfica, dentre os quais podem-se encontrar livros, documentos, indumentária, fotografias,

² As informações referentes ao histórico da instituição e do trabalho desenvolvido no processo de organização do museu descritas neste subtítulo constam na documentação do Museu Movimento LGBTI+.

³ Adota-se a terminologia LGBTI+ com base nas orientações contidas no Manual de Comunicação LGBTI+ produzido pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com a Rede Gay Latino, em 2021. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em junho de 2025.

folders, banners, fitas VHS e outros objetos relacionados à trajetória do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+. O acervo aborda a história do ativismo LGBTI+ desde a década de 1980 até o momento atual, com foco em temáticas como cidadania, saúde e direitos LGBTI+ no Rio de Janeiro. As coleções são constituídas por objetos reunidos pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ ao longo da existência do grupo e por doações de colaboradores e ativistas.

A atuação do museólogo em contexto comunitário apresenta limitações que de imediato demandam experimentações e adaptações, seja pelos poucos recursos econômicos e humanos, seja pela condição em que o acervo se encontra, assim como a busca por soluções que se ajustem à realidade local. O primeiro passo foi a realização de um diagnóstico pela equipe, no qual foi identificado um estado de preservação e acondicionamento muito precário, que exigia o desenvolvimento de ações urgentes para a salvaguarda do acervo.

Como primeira ação de conservação, priorizou-se a redução dos riscos de perda dos documentos, sendo aplicadas ações básicas de higienização, identificação e mapeamento do acervo, na medida em que os documentos se encontravam empoeirados, suscetíveis a infestações, sendo guardados em estantes e caixas de papelão de forma aleatória. Em seguida, decidiu-se pela realização de entrevistas com militantes históricos do Movimento LGBTI+, com a finalidade de identificar e contextualizar os documentos, entrelaçando as narrativas, as pesquisas realizadas na literatura disponível e as informações encontradas na documentação. Nesse momento, foi fundamental a parceria estabelecida com a universidade, propiciando alunos bolsistas e voluntários para a realização do trabalho de higienização e identificação do acervo.

Com o desenvolvimento do trabalho com o acervo, a comunidade começou a refletir e discutir se a ideia de organizar um Centro de Documentação atenderia às demandas do coletivo relacionadas principalmente à educação e à necessidade de se estabelecer uma comunicação mais efetiva com a comunidade e com a sociedade de uma forma geral. Compreendeu-se, naquele momento, que a estrutura de um museu atenderia mais amplamente às expectativas da organização. O passo seguinte foi a elaboração de um plano museológico para o Museu do Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro (MuMo LGBTI+), desencadeando um processo de reflexão e discussão longo, concluído em 2023, com a aprovação do Plano Museológico pela comunidade, com a presença de ativistas históricos e contemporâneos.

O Museu Movimento LGBTI+ define como sua missão salvaguardar e comunicar a memória do movimento LGBTI+, atuando como ferramenta educacional e de resistência para a comunidade, por meio da musealização do acervo de referências do ativismo político-cultural LGBTI+ brasileiro

com enfoque no Rio de Janeiro. Reconhece-se a importância desse trabalho, na medida em que se trata de uma faceta da história ainda invisibilizada pelas instituições de memória.

Em contínuo, desenvolveu-se um longo processo de pesquisa, identificação e catalogação do acervo e, a partir das entrevistas realizadas com ativistas, foi possibilitada a ampliação do conhecimento sobre a história do Movimento LGBTI+, com foco no ativismo, tanto para os museólogos e estudantes que atuavam no museu, como para a comunidade de uma forma geral.

Como resultado desse trabalho, no ano de 2023, o Museu Movimento LGBTI+ (MuMo LGBTI+) pôde organizar sua primeira exposição, denominada “Amor e Luta: trajetórias do Movimento LGBTI+. 30 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+”, tendo abordado a trajetória do Movimento no período de 1993-2023, com o apoio do Edital de Fomento à Cultura Carioca. A realização da exposição em um curto espaço de tempo, com as dificuldades de espaço adequado para a sua montagem, demandou uma grande mobilização de ativistas, colaboradores, pesquisadores, organizações parceiras e voluntários. Criou-se uma grande expectativa na comunidade sobre essa exposição, conscientes da relevância de poder contar a sua história com suas próprias palavras, e a grandiosidade que essa exposição deveria ter, em consonância com a importância da trajetória de luta e resistência do ativismo carioca.

A exposição foi organizada seguindo a metodologia de consultoria colaborativa, sendo construída a narrativa a partir das entrevistas com ativistas, colaboradores e pesquisadores da comunidade, além de pesquisas no acervo da instituição, sendo incentivada a participação ativa de militantes e o diálogo com especialistas e técnicos. A exposição foi lançada no Espaço Cultural do Metrô Carioca durante 30 dias, contemplando três mostras: o Memorial das Artistas Transformistas (Memorial Trans), composto por indumentárias restauradas com a participação das alunas trans da Escola de Divines; do Memorial Lesbi, que dava destaques a personalidades lésbicas do campo cultural que utilizaram a arte como instrumento de ativismo na luta pela garantia de direitos para a comunidade LGBTQIA+; a mostra itinerante intitulada “ManiFesta+”, que percorreu espaços culturais mais distantes do centro e zona sul da cidade, divulgando a memória das 28 Paradas do Orgulho LGBTI+ organizadas pelo Grupo Arco-Íris, a partir do ano de 1995. Como desdobramento dessas ações, foi lançado um e-book, que teve como objetivo abordar de forma mais detalhada o conteúdo da exposição.

Outro aspecto em destaque na exposição foi o programa educativo e cultural realizado no espaço da Estação do Metrô Carioca. A comunidade foi incentivada a participar amplamente da programação, transformando o espaço expositivo num grande palco de manifestação e expressão

artística da comunidade, com a apresentação de artistas transformistas, drags, cantores e escritores. Rodas de conversas foram organizadas para discutir os temas mais relevantes e representativos, assim como a reflexão sobre a própria memória do Movimento. Nesse contexto, a minha atuação como responsável pela organização do programa educativo foi de sistematização dessas ações, na medida em que as propostas das atividades fluíram dos diversos grupos e organizações que compõem a comunidade LGBTI+.

Esse processo complexo exigiu maior flexibilidade na minha atuação como coordenadora, pois não ocorreu de forma linear, nem seguiu um padrão organizacional de uma instituição tradicional. Demandou mais tempo para a organização do conteúdo da exposição em função das diversas vozes a serem ouvidas, já que havia a necessidade de garantir que a expressão da diversidade que constitui a comunidade LGBTI+, seja de sexo, gênero, econômica, nível educacional e geracional, fosse representada no evento.

Ao participar ativamente desse processo, em que a prática cotidiana se apresentou permeada de constantes desafios, as proposições de Paulo Freire se apresentaram como um alicerce para a minha atuação, direcionando as minhas reflexões e posicionamentos durante todo o caminho trilhado. Mostraram-se, portanto, atuais e coerentes com a vivência de uma museóloga e educadora atuante em contexto comunitário, sendo necessário retomar algumas das suas contribuições mais importantes para o campo.

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA A MUSEOLOGIA

Para compreendermos como as ideias de Paulo Freire influenciaram e ainda são relevantes para as transformações que se desenvolvem no campo da museologia, é preciso lembrar o contexto em que essas ideias se difundiram e o cenário político-social vigente, já que os museus não estão desconectados da realidade social, sofrendo influência das mudanças, confrontos, lutas e contradições que permeiam a sociedade⁴.

Santos (2008) descreve como o cenário turbulento, entre as décadas de 1960 e 1970, permeado por revoluções tecnológicas, sociais e políticas, deu origem a novas concepções, alterando conceitos, valores e processos nas instituições museológicas e, inclusive, impulsionando a reavaliação dos

⁴ Algumas das reflexões apresentadas neste texto têm como base a tese produzida pela autora: “Inclusão em Museus: conceitos, trajetórias e práticas”, concluída em 2019, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO-MAST. Essas reflexões se tornaram o alicerce para a realização do meu trabalho no Museu Movimento LGBTI+.

poderes responsáveis pela gestão e incremento dos museus, monumentos, sítios e todo espaço compreendido como patrimônio público.

Nesse contexto, o conceito de patrimônio é revisto e ampliado, considerando-se o meio ambiente, o saber e o artefato — o patrimônio integral. Vários grupos contribuem para essa nova conceituação, como os ecologistas, os diferentes países emergentes do colonialismo, que reivindicam o retorno dos bens pilhados ou expatriados pelas sociedades ocidentais, os grupos socialistas ou socializantes, que reclamam, em nome do patrimônio coletivo, uma acessibilidade aos monumentos, às coleções dos museus, que antes eram patrimônio privado ou reservados aos detentores do “saber” (SANTOS, 2008, p. 72).

Pavimentou-se, assim, o caminho para que na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) fossem discutidas as diretrizes para a constituição de museus, de forma que correspondessem aos anseios da sociedade, priorizando a ação museológica na dimensão da intervenção social.

Segundo Santos (2008), era necessário que se desenvolvesse uma consciência popular, como forma de resistência e confrontação às bases dos mecanismos de dominação promovidas pelos segmentos hegemônicos coligados. A educação popular surge como instrumento adequado para que as populações alcançassem o nível necessário de conscientização, sendo a concepção educativa de Paulo Freire um sustentáculo desse processo.

Em Freire (2001), encontramos muitos elos que podem ser relacionados com o movimento de renovação da museologia. Primeiramente, sua compreensão ampla de cultura, nas dimensões, seja individual ou coletiva, de maneira que impulse o homem a “ser mais”.

A organização de sua produção, a educação das gerações mais jovens ou o culto de seus mortos, tanto quanto a expressão de seu espanto diante do mundo, de seus medos, de seus sonhos, que são uma certa “escrita” artística de sua realidade que ele sempre “leu”, muito antes de haver inventado a escrita ou a tentativa sempre presente de decifrar os mistérios do mundo pela adivinhação, pela magia e, depois, pela ciência, tudo isso teria de acompanhar mulheres e homens como criação sua e como instigação para mais aprender, para mais ensinar, para mais conhecer (FREIRE, 2001, p. 35).

Essa concepção encontra lugar no espaço do museu, ao ser relacionada à ideia de patrimônio, que desempenha um papel comunicacional e de sustentação na sociedade, tornando-se constitutivo das identidades e das dinâmicas de grupos que compartilham o substrato — como produtores ou consumidores. No Museu, cria-se a possibilidade de reconhecimento das complexas e diversificadas relações e sentidos que cada ser humano e a sociedade estabelecem com o real, através da experiência

do mundo que cada indivíduo traz consigo ao entrar em contato com a instituição (CARVALHO; SCHEINER, 2013)⁵.

Em segundo lugar, sua concepção se torna fundamental para a elaboração de nossa análise sobre a constituição de uma gestão democrática nas instituições museológicas, através de múltiplos elementos que corroboram para a compreensão de sua dimensão ampla e complexa, tal como Freire (1996) nos aponta em relação à prática e à estrutura que a produz em qualquer espaço educativo: “métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos, que devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado” (FREIRE, 1996, p. 35).

Consideramos que o desenvolvimento de uma gestão democrática é parte integrante do processo de constituição de uma instituição inclusiva, não somente para organizações comunitárias. Segundo Scheiner (2012, p. 190), o entendimento sobre inclusão “corresponderia à ideia de que é possível existir uma sociedade na qual todo indivíduo pode desenvolver-se plenamente como pessoa e como cidadão” (SCHEINER, 2012, p. 190).

Em terceiro lugar, em Freire (2001), os valores assumidos precisam se concretizar em uma prática coerente, que envolva tomada de posição, ampliação de participação, e diálogo, tanto internamente, quanto externamente.

Correlacionando essas afirmativas com o trabalho do museólogo em museus de caráter comunitário, parte-se da compreensão do que significa a expressão “participação da comunidade”. Participação — enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir sobre o que vai ser dito ou realizado “com” e “para” a comunidade — tem relação direta com o exercício do direito de cidadania, assim como se acha ligada, segundo Freire, com a prática educativo-progressista, se os profissionais que a realizam são coerentes com seu discurso (FREIRE, 2001).

Freire (1987) enfatiza a relevância da reflexão, da ação, do saber produzido e da análise crítica para a constituição de uma autêntica práxis. Nesse processo, a construção de um saber, de uma teoria que consubstancia a prática, se torna fundamental para o trabalho em museus comunitários,

⁵Texto original: El patrimonio, a su vez, como dice Scheiner, es un acto comunicacional y posee un carácter fundamentalmente solidario, constitutivo de las identidades y de las dinámicas de los grupos que comparten ese substrato — como productores o consumidores. Al reconocer el carácter fenoménico del Museo, creamos la posibilidad de que se lo pueda percibir a través de la experiencia de mundo de cada individuo, por medio de las diferentes, múltiples y complejas relaciones que cada humano o sociedad establece con el Real complejo (SCHEINER, 2004 apud CARVALHO; SCHEINER, 2013).

constituindo-se como direcionador para o processo museológico a ser desenvolvido, de forma que seja coerente, não apenas uma performance da inclusão⁶.

O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E A MUSEOLOGIA SOCIAL

Reconhece-se que a influência do pensamento freireano sobre o trabalho em museus comunitários começou bem antes da Mesa Redonda de Santiago (1972)⁷, da qual o grande pedagogo e filósofo foi impedido de participar, em função da interferência do governo militar do Brasil. A aproximação da museologia com os conceitos de Freire deu seus primeiros passos por meio da relação construída entre Freire e Hugues de Varine⁸, quando este decidiu criar, entre 1970-1971, uma organização não governamental, de âmbito internacional e caráter ecumênico, com a finalidade de promover novos modos de cooperação aos programas de desenvolvimento: o Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento (INODEP). Varine, então, propôs a Paulo Freire, num encontro ocorrido em Genebra, que assumisse a presidência do Instituto. Durante os três anos de convivência e trabalho, Varine absorveu muitas das concepções de Freire, mas também o estimulou a adequar e formular, de forma sistemática, sua teoria e metodologia à prática vigente nos museus.

Essa influência teve seu registro somente anos mais tarde, com a participação de Freire na coletânea *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, organizada por André Desvallées entre 1992-1994, na qual foi apresentado um panorama da produção internacional que se inter-relacionava com as **reflexões e teorias** e com **experiências e práticas** da Nova Museologia (DUARTE, 2003).

Segundo Varine (2010), dentre as diversas ideias disseminadas após a realização do encontro de 1972, destaca-se o conceito de museu como instrumento de desenvolvimento, assim como as concepções sobre a função social do museu e sobre a responsabilidade política do museólogo. No contexto latino-americano, a teologia da libertação surge como inspiração para as novas formas de atuação dos museus propostas em Santiago.

⁶ Para saber mais sobre esse termo, ver a publicação Retomadas,

⁷ A Mesa Redonda de Santiago foi um evento, organizado pelo ICOM e pela UNESCO, no qual foi elaborado o conceito de Museu Integral, sendo recomendada uma percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos. Mais informações sobre o contexto no qual ocorreu o encontro, ver Scheiner (2012): <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cSJ5xdKWRhL9fQTfkQvyJMc/?format=pdf&lang=pt>

⁸ Hugues de Varine, museólogo, arqueólogo, historiador e diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), no período entre 1965 a 1974, criador do termo ecomuseu, possuindo relevante produção bibliográfica e experiência relacionadas aos Museus Comunitários. Mais informações sobre a sua biografia e produção, ver: <https://historiadamuseologia.wordpress.com/hugues-de-varine/>.

Segundo o mesmo autor, o museu está apto a desempenhar o papel libertador das forças criativas da sociedade. Nesse sentido, o patrimônio não representa somente um objeto de deleite, mas prioritariamente uma fonte maior de desenvolvimento (VARINE, 2010, p. 42).

Outros conceitos fundamentais e inovadores originados da Declaração de Santiago do Chile evidenciam a inspiração no pensamento freireano, tais como as concepções de Museu Integral, isto é, aquele que reconhece a totalidade dos problemas da sociedade; e o Museu enquanto Ação, isto é, o museu como instrumento dinâmico de mudança social, suplantando as tradicionais funções dos museus ligadas à coleta e à conservação.

O termo “ecomuseu”⁹ foi pronunciado pela primeira vez oficialmente por Robert Poujade, o ministro francês de meio ambiente. Em um colóquio organizado pelo ICOM nas cidades de Istre e Lourmarin, cuja temática abordava “museus e meio ambiente”, deu-se início à discussão sobre a construção de um conteúdo para o termo “ecomuseu”. Essa tipologia de museu difundiu-se por várias regiões do mundo, absorvendo as concepções de Paulo Freire como referencial para a constituição de uma gestão democrática e participativa com a comunidade.

Transcorridos dez anos após a Declaração de Santiago do Chile, um grupo de profissionais de museus solicitou ao Comitê Internacional de Museologia – ICOFOM durante uma assembleia geral do ICOM que se criasse um comitê que tratasse especificamente da questão da museologia comunitária. No plenário, ocorreu uma grande resistência a essa proposição, recusando-se a assembleia a reconhecer a existência de práticas museológicas em desacordo com a percepção tradicionalmente consolidada, embora limitada, da museologia. Um grupo de museólogos propôs-se a organizar de forma independente uma reunião que integrasse os profissionais que estivessem desenvolvendo práticas museológicas diferenciadas, tendo como objetivo produzir uma avaliação, conceituação e estruturação de uma organização alternativa, para uma museologia que se apresentava como alternativa (MOUTINHO, 2010).

A consolidação desse movimento concretizou-se a partir do reconhecimento pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM. O Movimento Internacional Para uma Nova Museologia - MINOM pôde conquistar uma ampla internacionalização, apresentando uma nova tendência para a museologia que representava uma grande mudança de perspectiva. Segundo Brulon (2015): “os museus

⁹ O termo “ecomuseu” passou a ser sinônimo de um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral (entendido como patrimônio) e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem. SCHEINER, T. Repensando o Museu Integral: dos conceitos às práticas. p. 24, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>>.

escaparam aos limites das suas paredes e relativizaram a centralidade sobre as coleções, e a Museologia encontrou na experiência social, o seu objeto de investigação” (BRULON, 2015, p. 264).

Segundo Desvallées, a primeira vez que ele utilizou o termo Nova Museologia foi em 1981, para um suplemento publicado que integrava a Enciclopédia Universalis. Foi feita uma solicitação para que atualizasse o artigo “Museologia” que Germain Bazin havia escrito em 1968. Esclarece que usou esse termo para “designar assim todas as iniciativas que caminhavam em direção a uma renovação dos museus e da museologia” (BRULON, 2015, p. 133).

O Museu passa a se constituir, tendo como referencial essa perspectiva de base ideológica, em um “instrumento social”, a partir da concepção de “Museu Social” fundamentada pelo conceito de “Museu Integral¹⁰”, difundindo-se pela América Latina em quase toda a sua totalidade. Priosti (2010) pontua, em sua tese, que a concepção de Educação Libertadora, elaborada por de Paulo Freire, inspirou o Movimento da Nova Museologia, sendo também direcionado pela Declaração de Santiago.

O Movimento da Nova Museologia tem sua relevância reconhecida pois propôs uma ruptura com a obrigatoriedade de conceber os museus da Europa como referência, adotando como parâmetro a concepção da museologia como meio de libertação. O Museu passou a ser compreendido como um instrumento para que as comunidades encontrem, dentro e fora de si os meios para atuar como sujeitos e protagonistas do seu próprio futuro¹¹.

O MUSEÓLOGO COMO UM TRABALHADOR SOCIAL: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES FUNDAMENTAIS

Inspirada em Freire, Waldisa Russio, ao discorrer sobre a função de museólogo e sua formação, declara que “os museus e os museólogos não se fazem e não sobrevivem longe da vida”. Afirma que o museólogo é um trabalhador social, que se confronta, na sua atuação, com uma escolha inadiável: entre “as forças que preservam a vida e abrem a perspectiva de futuro e aquelas que por saudosismo tentam fazer retroceder a vida e a História” (Russio *apud* Bruno, 2010, p. 242).

¹⁰ Scheiner (2012) destaca a sua percepção sobre o conceito de Museu Integral, na qual pontua que seu fundamento não está restrito à musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território, ou seja, o espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, outras formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais procedentes dessas formas de ocupação. Também não se limita a ter como finalidade dar destaque ao trabalho comunitário: “mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais” (SCHEINER, 2012, p. 19).

¹¹ Para saber mais sobre esse tema, ver a tese “Inclusão em Museus: conceitos, trajetórias e práticas”, concluída em 2019, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST.

A autora afirma que o museólogo é um profissional que realiza, concomitantemente, o papel de ser cientista e trabalhador social. Não existe neutralidade no seu fazer, “mas está consciente de que vive num mundo desigual e dividido e de que deve cotidianamente fazer opções” (Russio *apud* Bruno, 2010, p. 242). Ao discorrer sobre como o profissional deve perceber sua atuação, destaca que “a ação museológica deve ser entendida como uma possibilidade de crescimento e de aprofundamento de consciência, uma consciência crítica e histórica que possibilita a ação” (Russio *apud* Bruno, 2010, p. 242).

A experiência que trago da minha atuação como museóloga no Museu Movimento LGBTI+ , organização inserida no contexto brasileiro, sendo o Brasil reconhecido como o país que mais mata pessoas LGBTI+, já deixa explícito uma escolha, um posicionamento, que envolve atuar de forma coletiva, com e para aqueles sujeitos que lutam cotidianamente para garantir o seu direito à existência, por meio da influência na elaboração de políticas públicas que possibilitem à comunidade o exercício pleno de sua cidadania.

Para mim, uma museóloga que atua em uma organização do Movimento Social, os conceitos mais fundamentais da obra de Freire — **conscientização** e **mudança** — que se tornaram direcionadores das proposições elaboradas na Mesa de Santiago, ressoam ainda fortemente na contemporaneidade, dando sentido tanto ao meu exercício profissional, quanto à existência do próprio museu. Em um trecho do documento final se encontra expressa a seguinte consideração:

Que o Museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (ICOM, 2010, p. 44).

Tais perspectivas impulsionaram uma nova compreensão acerca do papel dos museus e dos seus profissionais em relação à diversidade e às tentativas de invisibilização e silenciamento dos sujeitos vulnerabilizados e de suas memórias. Apontam para a constituição de uma práxis que envolve ação e reflexão, visualizando um processo de transformação social.

Os sujeitos que compõem organizações sociais, envolvidos diretamente com o ativismo político-social, já se opõem, por essência, a um posicionamento contemplativo da realidade onde se encontram inseridos. Se reconhecem, portanto, como sujeitos históricos, que agem na busca pela transformação da sociedade violenta e opressora, por meio de um processo contínuo de

conscientização e mudança do seu modo de atuar e interferir no mundo, de maneira a transformar a realidade.

Diante desse contexto, qual seria então a função do museólogo, como trabalhador social? Que princípios devem direcionar o seu trabalho? Paulo Freire (1979) enfatiza que o papel do trabalhador social se cumpre no processo de mudança, na dimensão da estrutura social. Nesse sentido, é necessário entender como a estrutura social funciona, para que nela possamos atuar. Exige, portanto, o desenvolvimento de um saber e uma consciência crítica, para que o processo de musealização, em todas as etapas que o constituem, seja coerente com o contexto vivido, num processo constante de ação e reflexão. É necessário que sejam feitas escolhas claras, de forma a colaborar ativamente para que a memória dos que lutaram para a garantia desses direitos não seja apagada.

É fundamental, como já foi dito, a construção de um saber, e não uma ação intuitiva ou de sentido beneficente. Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo as minhas experiências, mais aumento a minha habilidade para, em colaboração, promover mudanças na estrutura social.

Nesse processo, o museu e os museólogos também se humanizam e, pelas suas ações, se tornam instrumentos dessa conscientização, em oposição a uma sociedade desumanizante, que tenta constantemente classificar os sujeitos por estereótipos e padrões, de forma a naturalizar preconceitos e estigmas.

Trazendo a reflexão de Freire (1979) para ampliar a compreensão sobre o processo de constituição de um Museu que tem a valorização da diversidade como um valor essencial da sua existência, compreende-se que quanto mais conscientizados nos tornamos como profissionais de museologia, mais nos capacitamos para atuar como anunciadores e denunciadores das desigualdades existentes na sociedade, graças ao compromisso de transformação que assumimos em colaboração. Esse processo se concretiza na seleção do acervo, na elaboração das narrativas expositivas por meio de consultoria colaborativa, nas ações educativas, na comunicação com a comunidade e com o público em geral.

O conhecimento construído e sistematizado torna o museólogo capaz de abandonar práticas mecanicistas, estando aberto a metodologias experimentais mais coerentes com a realidade dos museus comunitários, geralmente mais vulneráveis às condições econômicas, políticas e sociais.

Como já foi citado, a primeira exposição realizada pelo Museu Movimento LGBTI+ ocorreu em 2023, no espaço cultural na Estação Carioca do Metrô, com a temática “Amor e Luta: trajetórias do Movimento LGBTI+. 30 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+”. Integrou a exposição

o Memorial das Artistas Transformistas, composto por vestidos de 11 artistas transformistas e travestis, cuja atuação artística entrelaçava-se ao ativismo. Esses vestidos foram recuperados pelas mãos de artesãs trans da Escola de Divines, coordenada pelo estilista Almir França.

O Memorial das Artistas Transformistas foi um espaço em formato circular, composto por figurinos utilizados ou inspirados em shows transformistas. As personagens das transformistas homenageadas foram: Aloma, Cláudia Celeste, Elaine Parker, Eloina, Isabelita dos Patins, Jane di Castro, Laura de Vison, Lorna Washington, Luana Muniz, Meime dos Brilhos, Rogéria, Suzy Brasil e Valéria¹².

Muitos desafios precisavam ser superados na preparação dos vestidos para a exposição, como a falta, no mercado, de materiais e tecidos utilizados na época da confecção dos trajes de palco, e a decisão por utilizar materiais similares. Porém, o aspecto mais relevante do processo de recuperação dos trajes foi o fato de serem feitos pelas artesãs trans. Muitas delas tinham chegado à Escola em situação de vulnerabilidade. Nem sempre foram cumpridas as técnicas mais tradicionais da conservação de indumentárias, mas quantos sentidos e significados envolviam o manusear daquelas roupas, que em tantos momentos adornaram os corpos daquelas grandes artistas de teatro... Quantos sonhos e sentimentos estiveram presentes no ato de colocar cada adereço... quantas memórias se entrelaçavam ao movimento das agulhas e linhas.

Em Freire (1987), as práticas mecanicistas e domesticadoras estão relacionadas ao conceito de alienação, à verticalização, à dicotomização entre a técnica, o conteúdo e a forma histórica de ser do homem. O trabalho dos profissionais de museus em contextos comunitários pressupõe a supressão de modelos impostos, tanto para a instituição como para os sujeitos, substituindo-os pela autonomia da comunidade, que se constitui a partir da tomada de consciência do profissional sobre si mesmo, sobre o contexto comunitário, da sua condição, levando a uma tomada de decisão que não é solitária, mas coletiva. Trata-se de assumir um posicionamento entre seguir prescrições ou fazer escolhas, entre se posicionar como sujeitos ativos ou apenas reprodutores acríticos. Quanto mais conhecimento teórico e técnico consolidado o museólogo possuir, mais autonomia e segurança terá para dialogar com a comunidade, buscar soluções e fazer escolhas criativas para as situações mais críticas e problemáticas que possa encontrar. A teoria e a técnica não podem representar uma tábua de salvação onde o profissional busca se agarrar, mas é uma ferramenta que possibilita fazer escolhas mais acertadas, sem perder o foco.

¹² Para maiores informações sobre o Memorial das Artistas Transformistas, ver tese de Daniel Alcântara de Sá, “Vestindo o Arco-Íris: Corpo, Roupas e Expressão de Gênero no Memorial da Arte Transformista”, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST, 2025.

Freire (1979) destaca um outro aspecto importante, que deve representar um princípio direcionador do trabalhador social, inserido num processo de construção de um caminho e de um saber, considerando as fragilidades e flutuações que permeiam a realidade dos museus comunitários: o compromisso. E em que consiste esse compromisso? O museólogo que atua em museus comunitários e se reconhece como um trabalhador social se compromete com o processo contínuo de reflexão e ação que dá consistência a sua prática cotidiana. Segundo Freire, só uma pessoa que é capaz de sair do seu contexto e distanciar-se dele, e observá-lo, analisá-lo criticamente, pode transformá-lo e transformar a si mesmo através das suas ações e atitudes.

Nesse momento, o museólogo também é um sujeito em transformação, e pode confrontar-se a si mesmo quanto às suas concepções e visões de mundo, a partir da relação com a comunidade, ao entrar em contato com vivências e conhecimentos que não compõem a sua realidade. Só o comprometimento pessoal com o processo contínuo de reflexão e ação pode tornar o museólogo um ser da práxis, e não apenas um mero repetidor de procedimentos tecnicistas.

O próximo passo desse comprometimento se relaciona com o engajamento com a realidade. Freire (1979) apresenta um princípio fundamental para o trabalho do museólogo que atua em contexto comunitário, que, ao ultrapassar o âmbito técnico, abarca a sua forma de atuar e existir no mundo. Compreende que o compromisso próprio da existência humana só se concretiza no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos precisam ficar molhados, ensopados. Somente assim, conclui, o compromisso se torna verdadeiro.

No longo período de construção da minha relação com a comunidade, com a qual atuo desde 2019, foi preciso buscar um conhecimento mais profundo sobre sua trajetória de lutas e resistência, sua cultura, sobre suas necessidades, suas celebrações, suas perdas e tristezas, as lutas cotidianas, as formas de ativismo. Esse saber, que precisa ser perseguido pelo museólogo consciente de seu papel social, não se dá sem um mergulho nas existências da comunidade, na convivência do cotidiano, no compartilhamento de um caminho em parceria.

Em Freire (1979), compreende-se que não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, e não pode existir o processo de reflexão e ação fora da relação homem-realidade, assim como a museologia também depende e se alimenta dessa relação. É por meio das suas experiências e nas relações construídas em comunidade que o museólogo desenvolve sua ação-reflexão sobre os processos de musealização.

Outro princípio destacado por Freire (1987) é a construção de um diálogo em condição de igualdade. Encontramos esse processo relacionado à ideia de **trabalho coletivo** com base no diálogo,

que representa o cerne do trabalho em museus comunitários, no desenvolvimento de processos de gestão colaborativa ou participativa: referindo-se aos processos coletivos, ele enfatiza que “não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 1987, p. 45). O autor afirma que subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência sociocultural dos sujeitos é um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista.

Varine (1987) aponta outros aspectos importantes a serem considerados no desenvolvimento de ações com a comunidade: primeiramente, não é possível que uma receita pronta, externa ao contexto, seja enxertada nela; estas devem ser fundamentadas na vontade e nos interesses do grupo, combinando esforços, posturas, culturas, inteligências, competências e práticas de variadas pessoas, unidas por um sentido e objetivos comuns, compartilhando propostas e ideias de acordo com a sensibilidade de cada um.

Esses princípios se tornaram muito relevantes na construção das consultorias colaborativas para a organização da exposição de 2023. Várias entrevistas foram realizadas com pesquisadores da comunidade, militantes antigos e contemporâneos, para que eles indicassem quais os marcos mais importantes para a comunidade que deveriam compor a narrativa expositiva. Um mural de papel foi preso às paredes da sede para que pessoas da comunidade escrevessem suas contribuições ao conteúdo da Linha do Tempo. Para a identificação e registro dos documentos que compõem o acervo, é fundamental a escuta de elementos da comunidade: é preciso entender o contexto em que o documento foi produzido, que intenções permeavam as ações registradas nas fotos encontradas nos acervos, e que pessoas estavam ali representadas.

Numa comunidade tão plural como a LGBTI+, se torna fundamental a escuta das diversas vozes que enriquecem e ampliam o conhecimento histórico sobre o Movimento, com suas diversas perspectivas sobre os mesmos fatos e contextos. Precisam ser contempladas as organizações de mulheres lésbicas, mulheres trans, homens trans, pessoas bissexuais, intersexos, pessoas não binárias, a militância LGBTI+ do Movimento Negro, ativistas das periferias e das cidades do interior, antigos e novos integrantes do Movimento. É um exercício enriquecedor e que contribui para a reconstrução da história da comunidade de forma muito mais ampla e complexa.

Scheiner (2002), enfatiza a importância do reconhecimento das diferentes narrativas que compõem o contexto social, em seu caráter plural, de forma a criar espaços acolhedores para que as diversas identidades que constituem o corpo social possam se manifestar. Quem melhor pode narrar sobre a sua existência do que aqueles que vivenciam a comunidade cotidianamente? E essas vivências

serão desveladas através de múltiplas falas, por diferentes vozes, que darão origem a muitas histórias, revelando convergências ou divergências, recuperando fatos muitas vezes perdidos no tempo, mas todos os importantes para compor uma extensa rede de afetos, saberes e conflitos que constituem as vivências cotidianas da comunidade.

Nas diversas entrevistas realizadas para a composição da narrativa da exposição, como também para a pesquisa dos documentos que compõem o acervo, os membros da comunidade entrelaçavam em suas narrativas vivências pessoais e coletivas, todas elas importantes para o reconhecimento da sua identidade e do seu sentimento de pertencimento a uma coletividade. Todas essas narrativas foram valorizadas. Elas apontam o que preservar, por que preservar e o que e para quem comunicar.

Freire (2014), ao falar do tempo do exílio, que muito se correlaciona com o sentimento de rejeição e exclusão que tantas vezes atravessa a existência de pessoas LGBTI+, traduz com profundidade a essência das memórias e vivências pessoais e coletivas, que se apresentam nas narrativas dos sujeitos entrevistados.

Ninguém deixa seu mundo, adentrado por suas raízes, com o corpo vazio ou seco. Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós, um gesto tímido, a mão que se apertou, o sorriso que se perdeu num tempo de incompreensões, uma frase, uma pura frase possivelmente já olvidada por quem a disse. Uma palavra por tanto tempo ensaiada e jamais dita, afogada sempre na inibição, no medo de ser recusado [...] (FREIRE, 2014, p. 45).

Isso nos leva a um outro princípio direcionador do trabalho do museólogo em contexto comunitário: o compromisso com a humanização. É preciso desconstruir a perspectiva, muito adotada no trabalho acadêmico, de se ver pessoas como “coisas” e objetos de sua pesquisa, buscando, em vez disso, comprometer-se com a sua humanidade.

É importante compreender o lugar desse saber acadêmico, quando se atua num museu comunitário. O museólogo o pode impor sua percepção aos demais participantes, nem mesmo atuar de forma manipuladora ou mesmo assistencialista. Em um contexto de inclusão social, será uma postura contraditória. A comunidade não pode ser considerada simples objetos de estudo, mas sujeitos de transformação da realidade em sua concretude. É preciso rever métodos sempre privilegiando a comunicação, o diálogo, a escuta ativa.

Esse processo de construção em colaboração, em que o conhecimento técnico se apresenta como instrumento para auxiliar na consolidação do museu comunitário, e não como o centro do processo, evidenciou-se na elaboração do Plano Museológico. As conversas com a comunidade ocorreram durante dois anos, por meio de reuniões online e presenciais, sendo o Plano aprovado em reunião pública e presencial no ano de 2023. Ativistas antigos e contemporâneos, pesquisadores e membros de diversas organizações LGBTI+ foram convidados a participar desse momento histórico. Uma leitura detalhada do Plano foi realizada, pequenos ajustes foram propostos, e o nome do museu foi definido: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Em relação ao trabalho com os acervos comunitários, para além do processo de catalogação e preservação, é fundamental reconhecer a importância dos processos de escuta, de forma a compreender os significados que eles carregam, assim como a memória dos processos de resistência, como símbolos da atuação efetiva e transformadora dos membros da comunidade. Se torna necessário se debruçar sobre as relações da comunidade com esses objetos e documentos, para que haja uma maior compreensão da sua relevância. É a comunidade que indica o que preservar e por quê. Considera-se que, se esses valores não forem construídos e consolidados coletivamente dentro das instituições, pouco ou nada se conseguirá avançar em direção a uma práxis transformadora das estruturas e das consciências dos sujeitos. Precisamos olhar para nós mesmos e reconhecer que a nossa prática é ainda permeada de autoritarismo e opressão.

Observa-se que, no decorrer dos 6 (seis) anos de trabalho dos museólogos, estudantes e bolsistas e voluntários, a comunidade foi incorporando gradativamente a ideia de valorização da sua memória aos eventos e seminários promovidos pela organização. A Parada do Orgulho do Rio de Janeiro, realizada em 2019, na praia de Copacabana, incorporou a questão da Memória à temática do evento, O tema escolhido foi "Pela democracia, liberdade e direitos: ontem, hoje e sempre", comemorando os 40 anos do Movimento LGBTI+ no Brasil. Esse processo de compreensão da importância de preservar e difundir sua história só ocorreu porque a comunidade participou do processo ativamente, se reconhecendo como parte da construção do museu.

A ÉTICA NO TRABALHO COM MUSEUS COMUNITÁRIOS

A Ética no contexto dos museus comunitários é indissociável do compromisso com o processo de humanização do ser humano e dos Direitos Humanos. Em consonância com Trombetta (2010) considera-se que, a ética quando é concebida como uma reflexão crítica, direcionada a tematizar os

critérios que possibilitam superar a desigualdade e a discriminação, possibilita que o ser humano concretize a essência da sua humanidade como ser livre. Compreende-se que os laços entre a museologia e a ética se tornam fundamentais para alcançar uma sociedade mais solidária e igualitária entre as pessoas e mais respeitosa com a existência de todos os seres, diante de um contexto social e econômico, cujo projeto de sociedade apresenta como prioridade a concentração de riqueza material, em detrimento da vida.

O processo museológico no contexto comunitário depende de uma relação respeitosa e ética entre o museólogo e o Outro. Essa afirmativa encontra fundamentação no Código de Ética Para Museus¹³, do ICOM, aprovado na 21ª Assembleia Geral do ICOM em Seul, em 2004, indicando um padrão mínimo para as instituições museológicas, sendo estruturado por um conjunto de princípios fundamentados em diretrizes de práticas profissionais recomendáveis. Em um dos seus capítulos, o Código enfatiza o respeito às comunidades onde se prestam serviços, o que implica, dentre outros aspectos, que a vontade da comunidade deve prevalecer em relação ao trato com os seus patrimônios. O respeito pela dignidade humana, pelas tradições e culturas são princípios direcionadores do trabalho a ser desenvolvido com os acervos comunitários. Ele também destaca que esses acervos têm uma função social que envolve a promoção do “bem-estar humano, o desenvolvimento social, a tolerância e o respeito pela defesa da expressão multisocial, multicultural e multilinguística” (ICOM, 2004, p. 12).

A nova Definição de Museus¹⁴ aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do ICOM, em Praga, destaca a participação das comunidades e que os museus devem atuar e comunicar de forma ética e profissional.

Nesse sentido, em consonância com Freire (1997), considera-se que não podemos existir, como seres humanos, fora da ética. Por isso, não podemos transformar o processo museológico em pura reprodução técnica. Isso seria reduzi-lo a um processo mecânico sem significação para a vida, afastando-o do seu caráter transformador da sociedade e de seu processo de humanização.

Essa questão se torna ainda mais fundamental nas práticas educativas em museus comunitários representativos de grupos sociais minorizados. As narrativas desses grupos sociais se direcionam para a defesa ética nas relações sociais e está intrinsecamente ligada à luta por uma vida digna para todas as pessoas, por justiça e igualdade social, e à denúncia de um mundo opressor e violento, contexto esse que permeia cotidianamente a existência dos seus membros, visando despertar

¹³ Disponível em: <https://www.icom.org.br/codigo-de-etica/>. Acessado em jun. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acessado em jun. 2025.

a consciência da sociedade para o compromisso com o bem viver do Outro e com o mundo que habitamos. O museólogo, portanto, não pode esquivar-se do seu comprometimento com a educação humanista e libertadora, não há neutralidade nesse processo, devendo firmar suas ações nos valores éticos e no respeito ao ser humano. Portanto, ao interligar a temática de direitos humanos à proposição de Paulo Freire (1981), essa sempre atual, somos instigados “a apreendê-lo não como um ideal abstrato, mas como um desafio histórico, em sua relação contraditória com a desumanização que se verifica na realidade objetiva em que estamos” (FREIRE, 1981, p. 79).

Na organização da exposição “Amor e Luta: Trajetórias do Movimento LGBTI+. 30 Anos do Grupo-Arco-Íris de Cidadania LGBTI+”, a preocupação com a violência externa foi uma questão constante, pois a exposição ocupava um espaço público de grande circulação na Estação do Metrô Carioca, no Rio de Janeiro, sendo a discriminação contra a comunidade, em função da sexualidade e questões de gênero, uma realidade no contexto brasileiro.

Ainda estavam presentes na memória os protestos contra a exposição Queer Museu, ocorridos no Rio de Janeiro, em 2018. E se ocorresse algum movimento de vandalização do acervo? Se houvesse a danificação de um traje do Memorial das Artistas Transformistas? Como proceder para a proteção das pessoas que trabalhavam na exposição, caso ocorressem insultos? Era preciso ter cuidado com o tipo de acervo a ser exposto. Um procedimento padrão foi organizado, em parceria com a segurança local, além de medidas para a proteção do acervo.

Foucault (1988 *apud* Moraes, 2019) nos ajuda a entender as origens da rejeição às temáticas relacionadas à sexualidade. O autor descreve alguns dos traços principais da relação entre o poder e o sexo que atuam no corpo social, que se apresentam interligadas a um mecanismo de censura que pode nos auxiliar na compreensão dessas ações violentas contra museus e exposições, em função da temática relacionada à sexualidade. Primeiramente, uma **relação negativa**, que se faz representar pela rejeição, exclusão, recusa, obstacularização, ocultação e mascaramento, assumindo uma forma geral de estabelecimento de limites ou de lacunas e ausências. Em segundo lugar, a **instância da regra**: isto é, aquilo que é enunciado pela lei, ou seja, pelo estabelecimento de um regime binário, aquilo que é definido como lícito ou ilícito, permitido ou proibido em relação ao sexo — a forma pura de expressão de poder seria, portanto, jurídico-discursiva. Em terceiro lugar, o **ciclo de interdição**, que é representado pela proibição da sua expressão da sexualidade, já que a sua existência só seria garantida à custa de sua anulação, de sua renúncia de si mesmo. Por último, a **lógica da censura**, que consiste em impedir que se fale, em negar que exista.

Esses traços se apresentam encadeados numa lógica que une aquilo que deve ser considerado inexistente, o ilícito, o informulável, de maneira que: “a lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não manifestação, e de mutismo” (FOUCAULT, 1988 *apud* MORAIS, 2019, p. 81). Esses traços se manifestam do mesmo modo em todos os níveis, como engrenagens de censura expressas nas mais diversas instâncias, sejam elas institucionais, familiares, o censor que faz calar e nas estruturas constitutivas do próprio sujeito, em níveis diferenciados, mas se consolidando como uma forma geral de poder.

Nesse contexto, é inadiável o compromisso do museólogo, independente das funções que ocupa no museu, posicionar-se eticamente contra todas as formas de agressão e negação da dignidade humana. Compreende-se que a referência aos Direitos Humanos¹⁵ como orientador do processo museológico traz um contributo agregador à ideia de inclusão e justiça social, pois permite conceber a relação com o Outro numa dimensão de universalidade, suplantando assim as divergências ideológicas ou distinções com base na sexualidade, raça, cor, língua, religiosidade, nacionalidade, funcionalidade ou qualquer outra condição.

De acordo com os relatos deixados no Livro de Frequência, a exposição representou para a comunidade LGBTI+ um momento de celebração à sua história de luta, à sua cultura e o reconhecimento das conquistas alcançadas. São fortalecidos na experiência de visita a ideia de pertencimento a uma comunidade e o sentimento de orgulho pela sua trajetória, reconhecendo-se a relevância daqueles que lutaram pela garantia de direitos para a comunidade, em tempos mais sombrios, com o período da ditadura militar e a epidemia de HIV-Aids.

Compreende-se que a temática dos Direitos Humanos não deve ser abordada somente por museus comunitários. É de grande importância para o momento atual, no qual discursos violentos e discriminatórios são naturalizados, que ela seja assumida pelos museus em sua totalidade, pois possui um caráter e um valor educativo incontestável que precisa ser continuamente e amplamente explorado pelas instituições, na medida em que possibilita aos educadores desenvolver um planejamento que abarque “a defesa de uma pedagogia de vida e de afirmação do Outro”, em contraponto a uma perspectiva tecnicista e de caráter individualista presente na sociedade (ESTEVÃO, 2012, p. 92).

Destaca-se a relevância desses ideais para a formação humana, a partir da citação de Perotti (1987, p. 55), que corrobora para essa reflexão ao afirmar que: “a educação para os direitos do homem

¹⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, no seu artigo 2, destaca que a Educação para os Direitos Humanos também deverá ser desenvolvida de forma contínua envolvendo todos os indivíduos e órgãos da sociedade no mesmo esforço. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: maio de 2025.

é, com efeito, inseparável do desenvolvimento das aptidões intelectuais, e implica a identificação dos preconceitos, dos estereótipos, das desigualdades e das discriminações”.

CONCLUSÃO

A influência da produção de Paulo Freire para a museologia social, com ênfase nos processos que envolvem a preservação do patrimônio comunitário, é indiscutível, não somente pela leitura dos documentos gerados nos seminários e encontros promovidos pelo ICOM, mas também pela relevante produção acadêmica brasileira gerada por pesquisadores do campo da museologia.

O conceito de conscientização é fundamental para a compreensão do processo a ser vivenciado pelo profissional de museus que atua em contexto comunitário e que se identifica como um trabalhador social, indicando que é preciso assumir, diante do contexto histórico-social vigente, a criticidade como parte do processo de musealização sobre o modo como são relacionados e agregados os princípios da igualdade e da liberdade, da justiça e da qualidade nas instituições e na sociedade; sobre a natureza do seu processo de comunicação, que considera o indivíduo na sua integralidade e que contempla não apenas o conhecimento formal, técnico e científico, mas também as relações, as emoções e os afetos; sobre o tipo de gestão de acervos que se deseja executar, se autoritária ou democrática e participativa; sobre tipos de metodologias e práticas utilizadas, se garantem o acesso a todas as pessoas; e sobre a sua atuação pautada na ética, engajada, comprometida com a humanização dos processos museológicos e da sociedade.

Compreende-se que não há neutralidade no trabalho do museólogo, mas o contexto em que atua demanda o comprometimento com os Direitos Humanos, um posicionamento de caráter ético e político, uma reflexão crítica e preventiva contra as violações dos Direitos Humanos e impedimentos ao exercício de uma cidadania plena.

Os museólogos podem auxiliar as comunidades a valorizar sua memória e trajetórias, fortalecendo suas habilidades e competências para elaborar uma comunicação com a sociedade que identifique, rejeite e combata a prática da violência, do racismo, da discriminação e da intolerância na sociedade.

Reconhecemos, a partir das reflexões propostas por Paulo Freire, que o museólogo tem um papel fundamental a ser desempenhado na sociedade contemporânea e que este papel precisa ser assumido: estar ligado, pelo pulsar da memória, às histórias das lutas de conscientização e libertação das comunidades e vincular-se à luta para ocupar um espaço de esperança, de transformação, de solidariedade e de respeito à diversidade de existências e de vidas no planeta.

REFERÊNCIAS

BRULON, Bruno. Entrevista com André Desvallés. In: *Anais do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro*, v.47, p. 131-150, 2015.

BRUNO, Maria C. (Org). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria do Estado e da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM, 2010.

CARVALHO, L. SCHEINER, T. Museo de cada uno, museos de todos nosotros: reflexionando sobre ideas y posibles prácticas para un diálogo efectivo. In: *35o Simposio anual del ICOFOM – Comité internacional para la museología del ICOM. Anais*. Rio de Janeiro: ICOFOM Study Series – ISS 42, 2013. p. 59-70.

DUARTE, Manuelina. *Ondas do Pensamento Musológico Brasileiro*. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) do Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Cadernos de Sociomuseologia. n.20, 2003. Semestral.

ESTEVÃO, V. Carlos. *Direitos Humanos, Justiça e Educação na Era dos Mercados*. Portugal: Porto Editora. Coleção Educação e Formação, 04-2012; ISBN: 978-972-0-34904-0.

63

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, Ed. 5, 1981. (Coleção o mundo, hoje, vol.10).

FREIRE, Paulo. BETTO, Frei. *Essa Escola chamada vida*. São Paulo: Editora Ática. 5ªed, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Globalização, Ética e Solidariedade. In: *Desafios da Globalização*. DAWBOR, Ladislau; IANNY, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar. A. (Org). Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. – (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 21ªed. 2014.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora. 2001.

ICOM– International Council of Museums. *Código de Ética Para Museus*, 2004. Disponível em: <https://www.icom.org.br/codigo-de-etica/> Acessado em junho de 2025.

ICOM/BRASIL. Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) - Documento final do evento. In: *O ICOM-BRASIL e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*. BRUNO, Maria Cristina O. (Org.) São Paulo: Pinacoteca do Estado. Secretaria do Estado da Cultura. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Vol. 2, 2010.

MORAIS, Silvilene de B.R. Inclusão em Museus: conceitos, trajetórias e práticas. *Tese*. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS/UNIRIO/MAST, 2019.

MOUTINHO, M. *A declaração de Quebec (1984)*. In: BRUNO, M.C.O. (Coordenação Editorial). *O ICOM-BRASIL e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado. Secretaria do Estado da Cultura. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. v.2, p. 52-57, 2010.

PEROTTI, Antonio. *Apologia do Intercultural*. Lisboa: Secretariado Entreculturas Presidência do Conselho de Ministros Ministério da Educação. 1ª edição, 1997, p. 88.

PRIOSTI, Odalice M. *Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência*. 2010. *Tese* (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, M.C.T.M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. In: *Coleção Museu, Memória e Cidadania*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAM/DEMU, 2008.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. *Museologia, identidades, desenvolvimento sustentável: estratégias discursivas*. In: *Anais do IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e Caribe - ICOFOM LAM*. Rio de Janeiro, Santa Cruz. 2002, p. 46-56.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. *Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

TROMBETTA, Sérgio. TROMBETTA, Luis Carlos. *Ética*. In: STRECK, Danilo. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2ª Ed. 2010.

VARINE, Hugues. *A Respeito da Mesa de Santiago do Chile.(1972) - Apresentação (1995)*. In: *O ICOM-BRASIL e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*. BRUNO, Maria Cristina O. (Org.) São Paulo: Pinacoteca do Estado. Secretaria do Estado da Cultura. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Vol.2, 2010, p.38-42.

VARINE, Hugues. *O Tempo Social*. Coleção Eleutherias. Trad. MORO, Fernanda de Camargo; NOVAES, Lourdes R. Rio de Janeiro: Eça Editora. 1987.